

PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 19, v. 2
jul-dez.2023
p. 102-122

Ouvindo a criança transgênero: um olhar sobre a produção científica brasileira e as questões éticas

(Listening to the transgender child: a look at Brazilian scientific production and ethical issues)

(Escuchando al niño transgénero: una mirada sobre la producción científica brasileña y las cuestiones éticas)

Daniella Vieira Magnus¹
Cristiano Eduardo da Rosa²
Jane Felipe³

RESUMO: Neste artigo objetivamos realizar um mapeamento das produções intelectuais brasileiras que ouviram crianças transgênero em suas investigações a fim de compreender como essa temática está sendo analisada. A pesquisa também discute sobre as demandas e os dilemas que envolvem a transgeneridade infantil e as questões éticas e metodológicas que permeiam as pesquisas com crianças no Brasil. O levantamento foi realizado em plataformas de busca da internet que indexam e disseminam estudos científicos, sendo analisados por meio de uma perspectiva pós-estruturalista. Constatamos que os trabalhos recuperados nas buscas predominantemente fazem reflexões teóricas, baseados em levantamentos bibliográficos e também em memórias acerca da infância de adultos(as) trans. Nesse sentido, consideramos que urge a necessidade de mais estudos com crianças transgênero no país, tensionando como se entende a transgeneridade na infância e que conhecimentos potencialmente podem ser produzidos por esses sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: transgeneridade infantil; criança transgênero; ética em pesquisa.

Abstract: In this article we aim to carry out a mapping of Brazilian intellectual productions that listen to transgender children in their investigations in order to understand how this theme is being analyzed. The research also discusses the demands and dilemmas that involve child transgender identity and the ethical and methodological issues that permeate research with children in Brazil. The survey was carried out on internet search platforms that index and disseminate scientific studies, being analyzed through a post-structuralist perspective. We found that the works retrieved in the searches predominantly make theoretical reflections, based on bibliographic surveys and also on memories about the childhood of trans adults. In this sense, we consider that there is an urgent need for more studies with transgender children in the country, stressing how transgender identity in childhood is understood and what knowledge can potentially be produced by these subjects.

Keywords: child transgender identity; transgender child; research ethics.

Resumen: En este artículo pretendemos realizar un mapeo de las producciones intelectuales brasileñas que escucharon a los niños transgénero en sus investigaciones para comprender cómo se está analizando este tema. La investigación también discute las demandas y dilemas que involucran la transgeneridad infantil y las cuestiones éticas y metodológicas que permean la investigación con niños en Brasil. La encuesta se realizó en plataformas de búsqueda en internet que indexan y difunden estudios científicos, siendo analizada desde una perspectiva postestructuralista. Encontramos que los trabajos recuperados en las búsquedas hacen predominantemente reflexiones teóricas, basadas en levantamientos bibliográficos y también en memorias sobre la infancia de adultos trans. En ese sentido, consideramos que urgen más estudios con niños transgénero en el país, destacando cómo se entiende la transgeneridad en la infancia y qué saberes pueden potencialmente producir estos sujetos.

Palabras clave: identidad de niño transgénero; niño transgénero; ética de la investigación.

1 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: daniella-magnus@uergs.edu.br

2 Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: cristiano1105@hotmail.com

3 Professora titular do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: janefelipe.souza@gmail.com



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 20/08/2022
Aceito em 15/01/2023

1 Introdução

Este artigo lança um olhar sobre os estudos brasileiros realizados com crianças transgênero⁴ e discute sobre as questões éticas e metodológicas que permeiam pesquisas realizadas com tal segmento da população, de diferentes idades e contextos no país. Observamos que, apesar da Sociologia da Infância reconhecer a criança como um ator social ativo em seu processo de socialização, produzindo história e cultura, é necessário cuidado e atenção ao integrá-la em pesquisas, devido ao risco de expô-la, colocando-a em situação de sofrimento e vulnerabilidade, fazendo-a reviver situações dolorosas. Conforme aponta Flávio Marcos de Oliveira Vaz (2021), as crianças trans sofrem, desde muito cedo, impactos na vida que resultam em um sentimento íntimo de se perceberem diferentes das demais, cultivando isolamentos de si próprias em relação a seus pares, por justamente não se identificarem com elas.

Quando situamos como objeto de análise a vivência de crianças transgênero, percebemos que a questão é marcada por preconceito e desconhecimento. Victor Patutti Godoy (2021) destaca que o próprio Estado coloca em relevo que a criança é um indivíduo civilmente incapaz e ainda não completamente formada psicologicamente e socialmente, não tendo, portanto, o discernimento necessário para compreender totalmente sua identidade de gênero e as consequências jurídicas, sociais e psíquicas do reconhecimento dessa identidade em suposta divergência com seu sexo designado⁵.

Paul B. Preciado (2019, p. 69-70), em seu texto intitulado *Quem defende a criança queer?* destaca que “a ideia de ‘criança-ser-protegida’ permite ao adulto naturalizar a norma heterossexual”, e vai além ao expor que

Os defensores da infância e da família apelam para a figura política de uma criança que eles constroem, uma criança pressupostamente heterossexual e com o gênero normatizado. Uma criança que privamos de qualquer força de resistência, de possibilidade de fazer um uso livre e coletivo do seu corpo, de seus órgãos e de seus fluidos sexuais. Essa infância que eles pretendem proteger exige o terror, a opressão e a morte.

A patologização do gênero, conforme indicam Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012), passa a incorporar as identidades trans como categorias diagnósticas. Nesse sentido, quando se

4 Neste artigo operamos com o termo “crianças transgênero”, sem flexionar a segunda palavra em gênero e número, por compreender que tal vocábulo não deva ser entendido como um adjetivo ou uma mera característica dos sujeitos, mas sim igualmente um substantivo que indica uma identidade, concordando com outros estudos (KENNEDY, 2010; BRASIL, 2021; SILVA, 2019), assim como maneira de pensar a categoria como produtora de outros enquadramentos, mesmo que pouco (ou nunca) se fale em “crianças travestis”, ou em “crianças não binárias” em estudos científicos.

5 Utilizamos a expressão “sexo designado” de acordo com o que discute Judith Butler (2019b) em torno do sexo como performativo, afirmando que “Temos um sexo designado, tratado de várias formas que projetam expectativas de como viver um gênero ou outro, e somos formadas/os em instituições que reproduzem as normas de gênero em nossas vidas. Logo, somos sempre ‘construídos’ no sentido de que não escolhemos”.



realiza um diagnóstico de disforia de gênero⁶ de uma criança – supostamente trans – por profissionais da área da saúde, observamos que “não se está apenas propondo um modelo de atendimento em saúde, mas situando a transexualidade como um *a priori* clínico. E essa proposta deriva da ideia de que o natural é ser cisgênero” (FAVERO; MACHADO, 2019, p. 107). Sofia Favero (2020, p. 58) enfatiza que é preciso olhar com desconfiança para o aparato clínico colocado sobre as crianças trans, buscando uma explicação cada vez mais intensa por “uma transexualidade embrionária, gestacional, uterina, que se dá nos primeiros anos de vida, quando não nos primeiros meses”.

Além disso, é necessário combater marcadores há muito tempo criticados por diversos setores sociais, entre eles o movimento feminista e os próprios ativismos transgênero, como o de meninos que gostam de brincar de boneca, que possuem forte resistência ao uso de roupas tipicamente masculinas e que têm preferência por sentar ao urinar, entre outros. Para Judith Butler (2018, p. 44), “perguntar como essas normas são instaladas e normalizadas é o começo do processo de não tomar a norma como algo certo”.

Diante de tais apontamentos, pretendemos que este artigo possa efetivamente colaborar com algumas importantes reflexões sobre os dilemas e as questões que versam sobre a transgeneridade infantil. Para tanto, buscamos fazer um levantamento e uma análise das pesquisas com crianças transgênero no Brasil, levando em consideração os aspectos éticos e metodológicos nesse tipo de investigação e tecendo considerações com aporte teórico nos Estudos das Infâncias e Estudos de Gênero em uma perspectiva pós-estruturalista.

2 Questões e dilemas sobre transgeneridade infantil

Antes de adentrarmos nas discussões do presente estudo, pensamos ser necessário reconhecer o conceito de gênero e de identidade de gênero para um rápido balizamento do que será aqui tratado. Para entendermos melhor, cabe aqui uma breve contextualização de como ele tem passado de uma compreensão universal para um entendimento relacional e atualmente plural, como propõe Bento (2017).

A partir dos estudos da metade do século passado envolvendo gênero, principalmente com as proposições de Simone de Beauvoir (1987), é lançado um olhar universalizante sobre a essencialização das identidades como meio de instaurar uma política de construção de uma

⁶ Anteriormente definida como “transtorno de identidade de gênero” (DSM-4), a “disforia de gênero” (DSM-5), de acordo com a 5ª edição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 451), é definida como “um desconforto ou sofrimento causados pela incongruência entre o gênero atribuído ao nascimento e o gênero experimentado pelo indivíduo”. Convém destacar que essas duas transformações se deram dentro de um campo de supostas estratégias despatologizantes, ou seja, tanto o DSM-5 quanto a Classificação Internacional de Doenças (CID-11) afirmam estar despatologizando as identidades *trans* conforme fazem mudanças gramaticais.



identidade coletiva das mulheres. Pouco mais tarde, já na década de 90, gênero passa a ter um caráter relacional, movimento vindo de pesquisas como as de Joan Scott (1995), que inserem uma desconstrução dessa mulher universal articulando essa constituição com outras variáveis de cunho histórico, cultural e social, reforçando a discussão dos feminismos e incluindo no debate os estudos das masculinidades.

E em um terceiro momento, com os estudos de Michel Foucault (2015), Judith Butler (2003), Gayle Rubin (2017) e Eve Sedgwick (1990), entre outros, gênero, assim como sexualidade, passam a ser compreendidos como dispositivos de poder, analisados a partir do aspecto performativo das identidades e das suas performances subversivas, entendidas como plurais. Tal percepção é concebida tendo em vista a importância da interseccionalidade nas pesquisas sobre gênero com as categorias de sexualidade, raça, classe, religião, entre outras. Caberia ressaltar que nesse momento também emergem os estudos sobre as identidades trans e as políticas de representação.

Ao pensar em gênero como categoria relacional, Guacira Lopes Louro (1997, p. 24) também ressalta que os sujeitos devem ser compreendidos como tendo “identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias”. A autora salienta ainda a produtividade que se estabeleceu por meio da aproximação entre os Estudos Feministas e os Estudos Culturais, além de chamar a atenção para as limitações do conceito de estereótipo e de papéis, que remetem à ideia de “padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar”.

Butler (2003; 2019a) apresenta em seus estudos a possibilidade de desconstrução do binarismo de gênero, ao dizer que a formação do sujeito é um reflexo de conjunto de fatores sociais e culturais. O gênero passa a ser visto como um fenômeno inconstante, contextual e como um ato performativo. Jane Felipe (2019, p. 240) propõe a utilização do conceito de *scripts* de gênero, “para pensarmos criticamente sobre todas as prescrições que nos são impostas desde o nascimento (ou mesmo antes dele)”, destacando que tais prescrições de como devemos ser e nos comportar são constantemente reiteradas de diversas maneiras pelo fato de termos nascido com determinado sexo designado:

Poderíamos então entender os *scripts* de gênero como roteiros, definições, normas, apontamentos, às vezes negociáveis, em outras circunstâncias nem tanto, que prescreveriam as condutas dos sujeitos. Quando os *scripts* são ignorados, rompidos ou modificados, seus autores, neste caso, a sociedade que se pretende hegemônica e que insiste em traçar determinados padrões de comportamento, trabalha no sentido de impor sanções e promover discriminações a todos os sujeitos ou grupos que ousam romper, modificar ou mesmo (re) escrever seus próprios *scripts*.



A pesquisadora opera com a ideia de roteiros, a partir de uma analogia com as artes como cinema e teatro, para nos mostrar que os *scripts* de gênero podem ser também um ato de improvisação e, sendo um construto cultural, depende da realidade que nos cerca. Assim, performamos os gêneros de diferentes modos, em diversas situações, com a finalidade de nos enquadrarmos em ambientes sociais distintos. Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 10) destaca que “em termos de gênero, todos os seres humanos podem ser enquadrados (com todas as limitações comuns a qualquer classificação) como ‘transgênero’ ou ‘cisgênero’”.

Este estudo se detém na pessoa transgênero (do latim *trans* = do lado oposto, além), cuja identidade e/ou expressão de gênero apresenta algum tipo de divergência, conflito ou não conformidade com as normas socialmente impostas, aceitas e sancionadas para o gênero em que foi classificada ao nascer. De acordo com Letícia Lanz (2017), o termo “transgênero” funciona como um imenso guarda-chuva para inúmeras identidades gênero-divergentes, ou transidentidades, assim chamadas por se constituírem a partir da negação do desvio, da afronta e da não conformidade às normas de conduta estabelecidas pelo dispositivo binário de gênero.

Ao falarmos em “transgênero” e “cisgênero” nos referimos, então, ao “gênero”, conceito do qual essas duas palavras se originam e estão associadas. Pessoas cisgênero são aquelas em consonância entre o sexo designado e a identidade de gênero esperada para elas, enquanto pessoas transgênero são aquelas em dissonância entre essas expectativas, como travestis e transexuais. O termo “transgênero” também inclui pessoas que, de alguma maneira, não se reconhecem e/ou não podem ser socialmente reconhecidas nem como homem, nem como mulher, pois suas identidades de gênero não se enquadram em nenhuma das duas categorias disponíveis, sendo chamadas então de pessoas “não binárias” ou “gênero fluído” quando transitam entre o masculino e o feminino.

As características das pessoas trans se manifestam, em grande parte dos casos, desde a tenra idade, fase em que a criança já demonstra a sua insatisfação com o corpo, na maioria das vezes, por justamente não se reconhecer nele. Quanto mais cedo a criança demonstra o incômodo, maiores tendem a ser as dificuldades que enfrenta ao viver em sociedade, sobretudo em razão da incapacidade de entender o que acontece consigo (e muitas vezes acreditando que esse sentir-se diferente dos demais é errado).

Acerca da transição na infância, o estudo de Kristina R. Olson e demais autores (2022) publicado revista *Pediatrics* da American Academy of Pediatrics (AAP) e que examinou a identidade de gênero de 317 jovens americanos e canadenses que se identificaram como crianças transgênero entre os 3 e 12 anos de idade, mostrou que 94% destes sujeitos, após cinco anos da transição, continuavam se identificando como pessoas trans, indicando uma baixa frequência de



retransição⁷, em especial quando tal processo aconteceu entre os 5 e 6 anos.

De acordo com a psicóloga Karin Kenzler (TROMBINI, 2021) – que trabalha com psicoterapia para famílias, crianças e adolescentes – os padrões de comportamento associados culturalmente ao feminino e ao masculino são percebidos pela criança desde cedo por meio das figuras da mãe e do pai.

Por volta dos dois anos de idade, elas já têm consciência das diferenças do feminino e masculino e, no caso de crianças trans, elas percebem uma discrepância entre o seu comportamento e o que o seu corpo indica. Essa desconformidade entre sexo biológico e gênero vai ficando mais evidente até os sete anos de idade.

Natacha Kennedy (2010), ao apresentar a pesquisa *online* que realizou, em 2008, com 121 adultos(as) transgênero sobre suas memórias de infância, indicou que a idade média em que estes indivíduos se tornaram conscientes de suas condições foi por volta dos oito anos de idade, e que mais de 80% deles se tornaram conscientes de que eram trans antes de concluírem o Ensino Fundamental.

Quando analisamos as questões jurídicas referentes às crianças transgênero, observamos que a primeira a conquistar o direito à retificação da informação do registro relativo ao gênero no Brasil ocorreu em 2016, por meio da Terceira Vara Cível da Comarca de Sorriso/MT. A ação proposta pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, em favor do menor impúbere, foi representado pela sua genitora, que pleiteava a modificação de assento de nascimento, sob o fundamento de que a criança tinha nascido com a anatomia física oposta à sua identidade de gênero psíquica.

Ao contrário do caso exposto, Chopelly dos Santos (2015, p. 17) observa que “muitas vezes os genitores reprimem o comportamento, até então inocente, dos/as menores trans, com censuras e regras, e esperam que o tempo cure tal anormalidade”. No entanto, tais atitudes servem apenas para roubar e reprimir a infância das crianças que, sem entenderem o que as incomoda, acabam com marcas que ressurgem na fase adulta.

No livro intitulado *Minha criança trans?*, Thamirys Nunes (2020, p. 7), mãe de uma criança transgênero, desabafa que trazia em sua vida três recordações muito dolorosas que a faziam se sentir indigna de ser chamada de mãe.

A primeira, na verdade, aconteceu mais de uma vez. Vendo o desconforto do meu filho, de dois anos, em relação às proibições que eu fazia referente aos seus gostos, com a imensa vontade de incentivá-lo a gostar de heróis e de ‘coisas de menino’ [...] A segunda lástima que cultivo [...] foi quando ele quis experimentar um vestido de festa. Insistiu, insistiu, insistiu até que, por fim, colocamos um nele [...] A felicidade brotava em seu rosto, os

7 O estudo entende como “retransição” a questão de crianças ou jovens trans que depois de adultos, poderiam querer mudar sua identidade de gênero, ou seja, não continuar a se identificar como transgênero – processo também denominado pelos autores como “destransição” ou “desistência” (OLSON *et al.*, 2022).



olhos puxadinhos com a imagem que via no espelho, e meu estômago embrulhava. Senti uma pontada no coração. Por fim, a última recordação foi quando [...] estávamos todos arrumados para a festa [...] repentinamente vi meu filho com um terninho e a saia da irmã por cima, todo sorridente. Peguei-o pelo braço, com força, pedindo para que parasse com aquela gracinha e tirasse imediatamente a saia da irmã. Porém, usei força demais e infelizmente ele caiu no chão e começou a chorar!

Durante o início do processo de transição da filha, uma das maiores preocupações de Thamirys era a aceitação da menina na escola. Sabemos que o ambiente escolar é uma das instituições que tem a finalidade de disciplinar e controlar os corpos. Michel Foucault (2014) ressalta que existem certas instâncias técnicas que possuem como função a manutenção da norma; esta, por sua vez, está sempre unida a técnicas positivas de intervenção e de transformação do indivíduo a partir de uma espécie de poder normativo que a todo o momento está sendo aplicada ao domínio da sexualidade. Assim, a escola é a instância técnica que tem como missão aplicar uma tecnologia positiva onde os gêneros e as sexualidades infantis não podem fugir da norma heterossexual e cisgênero. Além disso, a escola também vigia o corpo e disciplina os comportamentos, indicando que precisam internalizar as normas hierárquicas de gênero; afinal, é na escola que se aprende que a diferença faz a diferença (BENTO, 2011).

Denize Sepulveda e José Antônio Sepulveda (2018, p. 94) relatam que algumas escolas não sabem lidar com as crianças que não se enquadram nos comportamentos de gênero estipulados como “corretos”:

Muitos/as professores/as nem chegam a interferir quando vêem alunos/as que não apresentam um comportamento de gênero normatizado serem xingados e maltratados/as, pois não sabem lidar com a situação. Jogam os insultos e as violências para baixo do tapete, fingindo que nada acontece; outros/as colocam os/as estudantes que são vítimas como algozes da situação e os/as punem. Poucos são aqueles/as que conseguem interferir problematizando as questões.

A escola reforça, então, a solidificação de comportamentos retrógrados, exacerbando o preconceito com a criança transgênero, oportunizando assim o surgimento da discriminação já nos primeiros anos de vida. De acordo com Felipe (2019, p. 239), o espaço escolar tem o compromisso de promover reflexões sobre as desigualdades e preconceitos, “mostrando o quanto em muitas sociedades as diferenças acabam se transformando em desigualdades”. A autora também destaca que qualquer tema que as crianças tragam para o debate na escola deve ser discutido e problematizado, e que esse espaço, em todos os níveis, “deve ter como princípio básico a ampliação do conhecimento de seus/suas alunos/as, professores/as e demais profissionais que nela atuam” (FELIPE, 2019, p. 239).

Tanto a escola quanto a família devem compreender que uma criança não consegue



sozinha passar por essa transição de gênero, principalmente por sua falta de recursos (cognitivos, emocionais) para entender tal processo. Os primeiros impactos se relacionam a um sentimento íntimo de ser diferente das demais crianças, o que pode levá-la a se isolar em relação aos pares, por justamente não se identificarem com eles.

A vivência de crianças transgênero no sistema educacional brasileiro é apresentada em uma obra organizada por Nunes (2021), cujo material empírico de análise contou com dados e depoimentos de 120 famílias de crianças e adolescentes trans, que retratam diferentes realidades que evidenciam a dificuldade de aceitação, o preconceito na escola e o isolamento social, entre outros. Nesse sentido, Vaz (2021) aponta que, ao se observar um comportamento possivelmente indicativo de transgeneridade, seria necessário um acompanhamento social e psicológico, bem como uma família amadurecida que auxilie a criança a passar pela fase inicial com mais tranquilidade.

Contudo, consideramos importante refletir em que medida esse encaminhamento à psicoterapia, por exemplo, contribui efetivamente para o autoconhecimento da criança ou do(a) jovem, tendo em vista que é preciso pensar quais as técnicas e linhas de abordagem (psicanalítica, junguiana, cognitivo-comportamental etc.) seriam utilizadas nesse acompanhamento. Outro ponto relevante a ser analisado diz respeito ao entendimento que as escolas e as próprias famílias têm em relação às crianças trans e como lidam com tais questões e em que medida tais instâncias, que deveriam amar, proteger e educar, estão alinhadas ou não às abordagens psicoterapêuticas, apenas para “corrigir o problema”, ao invés de dar o suporte necessário para que as crianças não tenham a autoestima abalada por conta de preconceitos e desconhecimento. Dessa maneira, destacamos que a necessidade dessa prática deve ser considerada a cada caso e ponderada, a fim de não compreender que geralmente a criança ou o jovem trans são, potencialmente, casos clínicos de especialistas.

Levando em consideração os aspectos até aqui expostos, na próxima seção discutiremos sobre a relevância de pesquisas com crianças transgênero no campo científico, bem como apresentaremos o mapeamento de produções intelectuais sobre a temática realizado em duas bases de dados disponíveis na internet.

3 Pesquisas com crianças transgênero no Brasil

Considerar a criança como protagonista na pesquisa científica é uma perspectiva que tem sido discutida em vários estudos brasileiros na atualidade (CAMPOS-RAMOS; BARBATO, 2014; CRUZ, 2008; PACHECO, 2016). Com isso, surgem propostas para ouvir as crianças e explorar suas múltiplas linguagens e, por intermédio de sua participação ativa, buscar um novo jeito de



dialogar com elas, em diferentes contextos sociais.

Silvia Helena Vieira Cruz (2008, p. 330), organizadora da obra *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*, ressalta que “a criança tem sido, de longa data, objeto de estudo em pesquisas acadêmicas, no entanto, essas são pesquisas a respeito das crianças e não com a sua participação direta”. Surge, então, uma tentativa de valorizar seu protagonismo, rompendo com a concepção dominante de que criança é aquela *que não tem fala*, com predomínio de uma visão adultocêntrica da infância.

Quando a pauta é a pesquisa com crianças transgênero, Kennedy (2010, p. 23) afirma que “considera inapropriado obter os dados diretamente das crianças, pois elas se tornam conscientes de que são trans em momentos diferentes”. Para a autora, uma imagem representativa completa não estará disponível para uma determinada geração até que sejam adultas. Entendemos, no entanto, que ouvir a criança é imprescindível para o adequado atendimento às suas necessidades, de modo a propiciar o surgimento de políticas públicas institucionais que promovam uma rede de atendimento que permita um desenvolvimento sadio, um ambiente pacífico, um meio social inclusivo e equipes multidisciplinares preparadas para lidar com indivíduos que sofrem constantemente a permanente vigilância e repressão institucional sobre seus corpos.

Com o propósito de verificarmos o conhecimento publicado em pesquisas brasileiras com crianças transgênero, bem como as áreas em que esses estudos foram produzidos, realizamos uma revisão integrativa da literatura em 03 de junho de 2022 utilizando o termo “criança transgênero” nas bases de dados Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Capes e Biblioteca de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Não houve limite de data inicial para a busca e foram incluídos estudos até dezembro de 2021. Os critérios de inclusão foram: (1) apresentar estudos com crianças com identidade de gênero compreendida como transgênero; (2) ser escrito em Língua Portuguesa.



Figura 1 - Fluxograma das etapas de seleção das produções intelectuais sobre crianças transgêneras

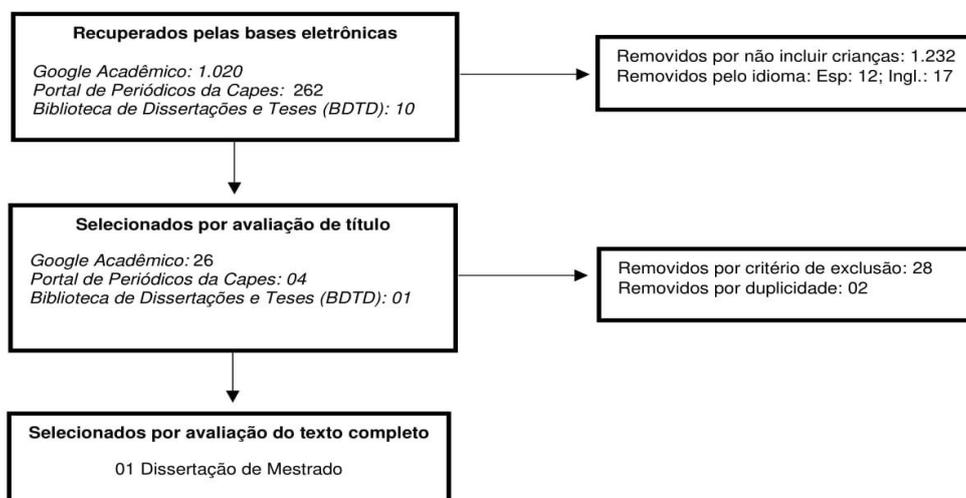


Figura 1 - Fluxograma das etapas de seleção das produções intelectuais sobre crianças transgênero

Observamos, por meio da Fig. 1, o baixo número de estudos encontrados nas plataformas de busca que se propuseram a ouvir crianças trans, a maioria opera com memória de adultos trans narrando sobre suas infâncias, talvez por desafiar diversos aspectos teóricos e ético-metodológicos (JESUS, 2013). O único estudo encontrado ouviu crianças e adolescentes transgênero brasileiros, com idades entre 8 e 18 anos incompletos. Além da pouca produção sobre a temática, os estudos predominantemente fazem reflexões teóricas, baseadas em levantamentos bibliográficos, e pesquisam as memórias acerca da infância de adultos(as) trans, não se propondo a trabalhar com as crianças no momento em que vivem a construção do gênero, fato inteiramente compreensível devido às dificuldades éticas em entrevistar ou acompanhar crianças dentro desse contexto⁸.

Favero (2020, p. 47), ao fazer um paradoxo sobre a fala de uma travesti adulta em relação à sua infância, lança as seguintes questões em sua pesquisa:

Ser ouvida agora é ter a infância ouvida também? A fala de uma travesti adulta sobre a infância equivale à fala de uma travesti criança? - isso é! Se for permitido falar nas travestilidades infantis em primeiro lugar! [...] Por meio da ‘adultização’ do relato da infância, não estaríamos retirando o protagonismo das próprias crianças trans?

Para a autora, mesmo que adultos transgêneros tenham algo a ser dito sobre o passado, “não desvalida a necessidade de que as próprias crianças trans [...] possam registrar suas narrativas”

⁸ Nesse contexto, consideramos relevante apontar que nos últimos anos algumas mulheres trans e travestis têm problematizado com mais ênfase as questões das transidentidades, inclusive a partir de um olhar sobre as infâncias, e ocupado tanto a militância quanto a academia, como é o caso das professoras Dra. Letícia Carolina Nascimento (UFPI), Dra. Megg Rayara de Oliveira (UFPR), Dra. Luma Nogueira de Andrade (Unilab) e Ma. Sara Wagner York (Uerj).



(FAVERO, 2020, p. 48).

A carência de fontes (relatos orais) de crianças trans faz com que estas não se façam autoras de suas próprias histórias, mas destinatárias de discursos e práticas de estudiosos(as) do tema. Nesse sentido, é imprescindível que o debate também seja direcionado para elas, tendo em vista as particularidades das demandas dessa parcela da população. As crianças transgênero podem nos dizer, por meio dos seus enunciados, o que pensam e sentem sobre o mundo que as rodeia e como se veem nesse cenário. Assim, conhecer seus gestos, ouvir suas falas e entender suas interações nos permitem compreender seus pontos de vista sobre a realidade que estão vivenciando.

Entendemos que muitos são os desafios enfrentados por pesquisadores(as) que se propõem a ouvir as pessoas trans, em especial as crianças, reconhecendo-as como produtoras de dados para estudos e pesquisas, pois existem limites éticos em relação ao acesso a elas que precisam ser considerados e respeitados. Além disso, temos que lidar com a falta de informação sobre o tema, tanto por parte das famílias que vivenciam essa questão, quanto por parte das escolas e da sociedade em geral, apresentando assim vários entraves, inclusive jurídicos, para o reconhecimento de pessoas trans. No entanto, diante das transformações que a sociedade tem experimentado, especialmente em relação ao acesso à informação, é fundamental que tais questões sejam devidamente discutidas e analisadas, em observância aos princípios da dignidade da pessoa humana e do melhor interesse das crianças e demais correlatos.

Outra questão que merece destaque é o fato das crianças e as/os jovens transgênero serem consideradas(os) pessoas vulneráveis, necessitando assim de aprovação prévia nos Comitês de Ética na Pesquisa (CEP). Maria Carmen Silveira Barbosa (2014, p. 239) ressalta que:

No Brasil, esses comitês ainda são poucos e, em geral, estão organizados em universidades e hospitais, analisando, preponderantemente, investigação sobre questões de saúde e têm como referência científica as pesquisas quantitativas. Isso faz com que a pesquisa, especialmente a etnográfica, realizada com as crianças, encontre problemas para a sua aprovação, pois muito do que é exigido desde os prontuários oficiais para apresentação dos projetos já necessita especificações que são inadequadas a uma pesquisa processual. Assim, o comitê afirma não se sentir suficientemente informado para aprovar o projeto ou, ainda, o analisa como incompleto.

Nesse sentido, ao aceitar o desafio de pesquisar com as crianças trans, é imprescindível que o/a pesquisador(a), enquanto adulto(a), não lance o seu olhar buscando apenas aquilo que é o reflexo conjunto dos seus próprios preconceitos e representações. Também é necessário ultrapassar a visão adultocêntrica permeada por memórias e lembranças da infância vivida, olhando para as crianças no presente; superar o infantocentrismo que não permite visualizar a criança como um ser competente, capaz de colaborar e interagir com o adulto e, por fim, não menos importante, ir além do uniformismo que não considera a diversidade dos grupos infantis (DELGADO; MÜLLER,



2005).

Vale destacar que escutar as crianças tem um caráter transformador. Cabe, então, aos/às pesquisadores(as) da infância, aceitar o desafio de ouvi-las no que têm a dizer e tornar as suas falas centro da compreensão dos contextos em que estão inseridas. Como observam Natália Fernandes e Luciana Souza (2020, p. 978), o encontro entre pesquisadores(as) e infantes deve instaurar “uma ética que deve se propor a abrir mão da previsibilidade sobre o outro, como devem ser os encontros de investigação com as crianças”. Enfatizamos, então, que é essencial o cuidado aos aspectos éticos que envolvem pesquisas com crianças, como discutiremos a seguir.

4 Aspectos éticos e metodológicos nas pesquisas com crianças transgênero

Foi somente em 1947 que o mundo teve a primeira normatização sobre pesquisa científica em seres humanos, por meio do *Código de Nuremberg (Universal Code of Research Ethics)*. Ele surge a partir da conscientização da humanidade acerca das atrocidades cometidas nos campos de concentração nazistas na Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, em 1988, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) elaborou a primeira resolução destinada a regulamentar a pesquisa com seres humanos no país, voltada naquele momento para a área de novos medicamentos. Em 1996, este documento foi revisto e passou a regulamentar as pesquisas com seres humanos em todas as áreas, por meio da Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996.

Atualmente, toda a instituição brasileira que realiza pesquisas com seres humanos deve possuir um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de caráter independente, multi e transdisciplinar. O CEP é responsável pelas análises, emissões de pareceres, monitoramento de riscos, recebimento de denúncias de abusos, de notificações de fatos adversos e instauração de processos de apuração. A atuação dos comitês aumenta a credibilidade das pesquisas e ajuda a combater e diminuir os casos de má conduta científica.

No Brasil, desde os anos 1980, o debate sobre a questão da ética na pesquisa com crianças já estava presente em publicações dirigidas aos/às pesquisadores(as). Nelas eram abordados temas centrais como: consentimento informado, a coerção, as relações de poder entre adultos e crianças, os riscos, os benefícios, o retorno ou a devolução, o uso de imagens, a confidencialidade e os abusos (SPINELLI, 2012).

De acordo com Maria Aparecida Gaiva (2009), é necessário se atentar à regulamentação nacional e internacional acerca da pesquisa envolvendo seres humanos; a algumas resoluções específicas ao grupo infantil e, conforme mencionamos anteriormente, às exigências dos CEP para



a análise de propostas de pesquisas, como a *relevância* (o tema da pesquisa deve ter relevância considerável, com benefícios que ultrapassem os riscos aos quais as crianças seriam submetidas); o *consentimento* (a formalização da pesquisa, por meio de instrumento, que vise informar amplamente ao sujeito sobre a investigação); a *divulgação dos resultados* (a devolução dos resultados da pesquisa aos indivíduos que participaram da investigação); e a *confidencialidade* (o sigilo das informações, a garantia do anonimato e a proteção da identidade também merece o cuidado do(a) pesquisador(a)). Um livro referência nessa questão é a obra intitulada *Ética e Pesquisa em Educação: questões e proposições às Ciências Humanas e Sociais* (SANTOS; KARNOPP, 2017), que apresenta reflexões de pesquisadores(as) da Educação e das Ciências Humanas e Sociais e oferece subsídios para que seja dada a devida importância aos preceitos éticos que devem nortear a pesquisa acadêmica brasileira.

Com relação à ética em pesquisas que tematizam gênero e sexualidade envolvendo seres humanos, Luís Felipe Zago, Bianca Salazar Guizzo e Luís Sacchi dos Santos (2016) apontam que muitas investigações são dificultadas pelo modelo de regulação proposto pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Segundo os autores, esta “regula a ética em pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil, está baseada em um modelo válido para as ciências biomédicas, mas que não atende às problematizações das investigações das ciências sociais e humanas” (ZAGO; GUIZZO; SANTOS, 2016, p. 189), sendo assim, diversas investidas teórico-metodológicas se tornam impossíveis frente a modelos burocráticos e inflexíveis, impedindo determinadas produções de conhecimentos de análise social.

Ao analisarmos o único estudo com crianças transgênero recuperado pelo levantamento bibliográfico realizado nas plataformas de busca – a dissertação de Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública, publicada em 2019, intitulada *Crianças e adolescentes transexuais brasileiros: atributos associados à qualidade de vida*, de Fernanda Karla Nascimento - verificamos que a pesquisa teve o objetivo de descrever os atributos associados à qualidade de vida de crianças e adolescentes transgênero brasileiros segundo a própria percepção delas/deles, e também contribuir para propostas de desenvolvimento de políticas públicas visando o cuidado à saúde integral desse grupo populacional sob um prisma “não patologizante”.

Neste contexto, Ana Lodi e Kelly Kotlinski Verdade (2017, p. 22), ao refletirem acerca do tratamento dado no Sistema Único de Saúde (SUS) às crianças trans, observaram que estes “não são adequados, são falhos e podem ser aprimorados”, indicando medidas que vão desde a preparação de profissionais, educação de gestores(as), fim de cirurgias em crianças intersexos, proibição de práticas de “recuperação” e permissão ao uso de bloqueadores hormonais, entre outros.



O estudo de Nascimento (2019) contou com 12 crianças e 20 adolescentes transgênero brasileiras(os) em acompanhamento profissional, relacionado à sua saúde. A coleta de dados se deu junto ao serviço do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual (AMTIGOS), localizado no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), na cidade de São Paulo (SP). O AMTIGOS é o primeiro ambulatório a prestar assistência de saúde a crianças e adolescentes trans⁹.

O primeiro passo dado pela pesquisadora para a realização do estudo foi encaminhar uma carta com pedido de autorização para a coleta de dados ao coordenador do Instituto de Psiquiatria do HCFMUSP. Após a autorização, encaminhou o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (CEP - EERP/USP) e ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (CEP - HCFM/USP).

Aos responsáveis, a pesquisadora apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e às crianças e aos adolescentes, apresentou o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), os quais possuem informação sobre a natureza da pesquisa, objetivos, tipo de colaboração que se espera dos(as) participantes, benefícios e potenciais riscos. É necessário, então, que os pais/responsáveis assinem o TCLE, consentindo pelos(as) menores de idade, e também que os menores assinem o TALE, garantindo que também estão cientes que participarão de um estudo e que receberam todas as informações necessárias, de acordo com a compreensão da faixa etária.

No estudo analisado, verificamos que todos os termos foram assinados pela pesquisadora e pelos(as) participantes, em duas vias, sendo uma delas para cada parte. Mesmo com a autorização de seu responsável, só participaram da pesquisa as crianças e os adolescentes que assentiram em suas participações.

As técnicas utilizadas para a coleta de informações junto às crianças e adolescentes foram o grupo focal e a entrevista semiestruturada. A pesquisadora destacou que a escolha de incluir entrevistas na coleta de dados ocorreu devido ao fato da dificuldade em encontrar participantes da população estudada, principalmente no caso das crianças. O convite para participar do estudo foi realizado ao final do encontro do grupo de pais, e aqueles que demonstravam interesse e disponibilidade poderiam permanecer no local. Tanto no grupo quanto nas entrevistas foram apresentados os TCLE e os TALE.

9 De acordo com Avelar (2022), o Sistema único de Saúde (SUS) tem poucas unidades preparadas para atender crianças trans. São apenas seis estabelecimentos em todo o país (Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Paulo/SP e Uberlândia/MG) que oferecem bloqueio puberal - que impedem o desenvolvimento de caracteres sexuais secundários, como o crescimento das mamas e o início da menstruação - ou hormonização para esse público.



É salientado no estudo que não participaram da pesquisa crianças e adolescentes sem habilidade mínima de compreensão aos itens dos instrumentos utilizados na investigação. Também é destacado que se assegurou o sigilo das crianças e adolescentes participantes, atribuindo códigos para referir-se a elas/eles.

Os grupos focais e as entrevistas foram iniciados com uma breve apresentação da moderadora do estudo, e na sequência as crianças foram conduzidas a contar um pouco suas histórias de maneira informal e descontraída, deixando o espaço livre para que falassem de si e assim criar um ambiente agradável e de confiança entre os/as participantes e a pesquisadora. Patrícia Cristina Campos-Ramos e Silviane Barbato (2014, p. 192) apontam que é necessário

ouvir as crianças em diferentes contextos de desenvolvimento; comunicar de forma clara o propósito, lembrando-as da sua finalidade e estrutura, e formulando perguntas abertas, incentivando a criança a contar a história; usar linguagem clara e explícita; sempre que possível, deixar que assumam a liderança, incentivando sua participação na definição da direção e estratégias; atentar-se à resolução das questões pela criança, esclarecendo-lhe não haver respostas certas/erradas; identificar a emergência da mobilização da atividade; não emitir juízos de valor quanto a particularidades da inserção social; desenvolver a interação, demonstrando empatia e calma, frente a uma criança ansiosa, tímida ou hostil, tratando-as com respeito; evitar perguntas e preocupações durante a entrevista; retomar sua direção quando necessário e atentar-se à necessidade de aprofundamento no tema explorado, para complementar e interligar informações surgidas.

Observamos, no entanto, que o estudo não teve um protocolo com atividades de segundo plano para crianças e adolescentes que se mostrassem tímidas(os) ou hesitantes (atividades alternativas como desenho, escrita, fotos, vídeos, imagens, cenários, mapas ou outras estratégias) para envolvê-las.

No desenvolvimento da técnica de grupo focal, as questões e as entrevistas visaram o respeito de como as/os participantes entendem as questões ligadas à qualidade de vida, bem como são suas vidas em relação à transgeneridade, segundo os aspectos emocionais, sociais e físicos, o que demonstra um envolvimento respeitoso e atento por parte da pesquisadora, ao conduzir as atividades de investigação considerando as crianças como competentes para expressar suas opiniões e desejos. Felipe (2009, p. 11), ao problematizar os limites e as possibilidades de uma metodologia em construção articulando infância, gênero e Estudos Culturais, aponta o quanto é importante considerar as ações, as falas, os sentimentos das crianças ao desenvolver pesquisas com elas, no entanto, também é relevante lembrarmos que “os discursos infantis trazem sempre consigo outras vozes que se fazem presentes na cultura”.

Nascimento (2019) ainda apresentou como limitação da pesquisa o não retorno ao cenário da investigação para realização de novos grupos focais com as mesmas crianças e adolescentes, apresentando a eles(as) os resultados das análises de seus depoimentos. No entanto, conforme



destaca Sonia Kramer (2002), há necessidade de se pensar e prever as maneiras de se fazer devolutivas à instituição ou à própria criança.

Além disso, os resultados da pesquisa de Nascimento (2019) indicaram que a vida das crianças e dos adolescentes transgênero é impactada por fatores sociais, físicos e mentais, em virtude, principalmente, do estigma e da discriminação socioculturalmente vivenciados. Assim, identificou o núcleo familiar como o principal meio de suporte social, impactando positivamente a qualidade de vida dessas(es) jovens. Por outro lado, majoritariamente, a vivência de preconceito e discriminação foram atributos negativos associados às suas qualidades de vida.

Recentemente, Izzie Madalena Santos Amancio (2022) produziu sua dissertação de Mestrado em Educação intitulada *Criança trans: articulando identidade de gênero e percepções sobre raça na infância numa perspectiva das diferenças*, em que buscou, por meio da etnografia com crianças, realizar um estudo de caso com uma criança trans de seis anos de idade a fim de compreender como ela entende seu corpo, narra e constitui sua identidade de gênero e racial, e interpreta e negocia as expectativas sociais de gênero. A autora observou que o menino se autodeclarava como uma criança trans, com habilidades para verbalizar os sentidos e significados de sua identidade de gênero, apontando para um acolhimento no ambiente doméstico e um despreparo da educação infantil para o atendimento a crianças como ele, citando agressões sofridas na escola, incluindo desrespeito ao nome social¹⁰.

Por fim, ao analisar as situações referentes à constituição de gênero e sexualidade que estão em jogo na educação infantil em relação ao tema da transexualidade, Jaime Eduardo Zanette (2016, p. 55) considera que ainda temos bastante “a percorrer, cambiar, suspender as certezas e analisar os arranjos e desarrajos que constituem a perspectiva que temos acerca dos sujeitos infantis”, uma vez que por mais que tentemos desvendar os enigmas das infâncias, há muito o que investigar e compreender, principalmente com aqueles sujeitos que desde cedo desafiam as normas e colocam em xeque nossas noções de identidade de gênero.

5 Breves considerações finais

Com o presente estudo, constatamos que raras são as pesquisas científicas brasileiras que se propõem a ouvir crianças trans. Nesse sentido, destacamos a importância de propostas de investigação que contemplem essa população, a fim de desenvolvermos estudos que possam ampliar o conhecimento sobre tais temáticas e assim, diminuirmos os preconceitos em relação

¹⁰ Tal produção não esteve no levantamento realizado pelos autores(as) deste estudo, mas encontrada posteriormente por sua publicação ser bastante recente.



a elas, que por diversos motivos são invisibilizadas e pouco compreendidas em seus desejos e modos de existência. A falta de informação se constitui em uma difícil barreira, impedindo que as histórias dessas crianças que se percebem como gênero discordante, não ultrapassem as portas de suas casas e que sejam vistas como um fenômeno de relevância investigativa.

Nessa perspectiva, ressaltamos a importância da investigação desenvolvida com crianças transgênero para que possamos compreender suas realidades. Ouvi-las é um exercício necessário e importante, e nós, enquanto adultos(as), só conseguiremos dar esse passo se realmente estivermos abertos(as) ao diálogo, se realmente estivermos descentrados(as) da nossa posição adultocêntrica e interessados(as) na própria alteridade da infância, apesar dos dilemas éticos que dificultam a concretização das pesquisas.

Ao mesmo tempo, é necessário que reflitamos em relação às questões éticas que pesquisadores(as) enfrentam na condução de estudos com crianças, fruto da forte tensão existente entre seus direitos de participação *versus* seus direitos de proteção, que precisam ser garantidos e equilibrados pelos(as) estudiosos(as). Essa questão ética acaba, por sua vez, impactando e determinando a metodologia, pois é preciso ir com muita delicadeza quando as pesquisas se propõem a ser desenvolvidas com a participação das crianças.

Reiteramos ainda a necessidade de formações docentes iniciais e continuadas em todos os níveis de ensino, que discutam e aprofundem as temáticas relativas a gênero e sexualidade, de modo que professores(as) e demais profissionais que atuam nas escolas possam compreender as dinâmicas que envolvem as transidentidades.

Referências

AMANCIO, Izzie Madalena Santos. *Criança Trans: articulando identidade de gênero e percepções sobre raça na infância numa perspectiva das diferenças*. 2022. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5*. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AVELAR, Dani. Veja quais unidades do SUS atendem crianças e adolescentes trans. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 maio 2022. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/equilibrio/2022/05/veja-quais-unidades-do-sus-atendem-criancas-e-adolescentes-trans.shtml>. Acesso em: 8 jun. 2022.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. A ética na pesquisa etnográfica com



crianças: primeiras problematizações. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 235-245, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo: fato de mitos*. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1987. v. 1.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 3. ed. Salvador: Devires, 2017.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012.

BRASIL, Andre Antonio Martins. O direito à dignidade humana sob a perspectiva da transgeneridade infantil em contexto escolar. *Revista Direito e Sexualidade*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 48-74, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996*. Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 12, p. 59, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e política nas ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia*. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: N-1 Edições, 2019a.

BUTLER, Judith. Judith Butler: precisamos parar o ataque à “ideologia de gênero”. *Sexuality Policy Watch*, Rio de Janeiro, 23 jan. 2019b. Disponível em: <http://sxpolitics.org/ptbr/judith-butler-precisamos-parar-o-ataque-a-ideologia-de-genero/9094>. Acesso em: 10 maio 2023.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS-RAMOS, Patrícia Cristina; BARBATO, Silviane. Participação de crianças em pesquisas: uma proposta considerando os avanços teórico-metodológicos. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 19, n. 3, p. 189-199, 2014.

CRUZ, Silvia Helena Vieira (org.). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, 2008.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Abordagens



etnográficas nas pesquisas com crianças e suas culturas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu, MG. *Anais [...]*. Caxambu, MG: Anped, 2005. p. 1-17. Disponível em: http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.247578051.553593303.1699729445-579115443.1699729445. Acesso em: 18 mar. 2022.

FAVERO, Sofia. *Crianças Trans*. Salvador: Devires, 2020. (Coleção Saberes Trans).

FAVERO, Sofia; MACHADO, Paula Sandrine. Diagnósticos benevolentes na infância: crianças trans e a suposta necessidade de um tratamento precoce. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 104-105, 2019.

FELIPE, Jane. Estudos Culturais, gênero e infância: limites e possibilidades de uma metodologia em construção. *Textura*, Canoas, v. 11, n. 19-20, p. 4-13, 2009.

FELIPE, Jane. Scripts de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente. In: FELIPE, Jane; ALBUQUERQUE, Simone Santos de; CORSO, Luciana Vellinho (org.). *Para pensar a docência na Educação Infantil*. Porto Alegre: Evangraf, 2019. p. 238-250.

FERNANDES, Natália; SOUZA, Luciana. Da afonia à voz das crianças nas pesquisas: uma compreensão crítica do conceito de voz. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 5, n. 15, p. 970-986, 2020.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramalhte. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GAIVA, Maria Aparecida Munhoz. Pesquisa envolvendo crianças: aspectos éticos. *Revista Bioética*, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 135-146, 2009.

GODOY, Victor Patutti. *A proteção jurídica da criança e do adolescente transgênero*. São Paulo: Dialética, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Crianças Trans: memórias e desafios teóricos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 3., 2013, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Uneb, 2013. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/250305355_Criancas_Trans_Memorias_e_Desafios_Teoricos. Acesso em: 12 jun. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. 2. ed. Brasília, DF: [s. n.], 2012.

KENNEDY, Natasha. Criança transgênero: mais do que um desafio teórico. *Revista Cronos*, Natal, v. 11, n. 2, p. 21-61, 2010.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorização: Questões éticas na pesquisa com crianças. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 16, p. 41-59, 2002.



LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero*. Curitiba: Transgente, 2017.

LODI, Ana; VERDADE, Kelly Kotlinski. Transexualidade e infância: buscando um desenvolvimento saudável. *Revista Eletrônica OAB-RJ*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 1-26, 2017. Disponível em: <https://revistaeletronica.oabRJ.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Transexualidade-e-inf%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

NASCIMENTO, Fernanda Karla. *Crianças e adolescentes transexuais brasileiros: atributos associados à qualidade de vida*. 2019. 112. f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.

NUNES, Thamirys. *Minha Criança Trans? Relato de uma mãe ao descobrir que o amor não tem gênero*. Curitiba: [s. n.], 2020. *E-book*.

NUNES, Thamirys (org.). *Pesquisa sobre vivências reais de crianças e adolescentes transgêneros dentro do sistema educacional brasileiro*. Curitiba: IBDSEX, 2021.

OLSON, Kristina R. *et al.* Gender Identity 5 Years After Social Transition. *Pediatrics*, Itasca, IL, v. 150, n. 2, p. 1-7, 2022. Special Article. Disponível em: https://watermark.silverchair.com/peds_2021056082.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

PACHECO, Tatiana do Socorro Corrêa. A participação e a escuta das vozes infantis como elemento norteador da educação de crianças. *Professare*, Caçador, v. 5, n. 2, p. 71-92, 2016.

PRECIADO, Paul B. Quem defende a criança queer? In: PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 68-73.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. In: RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. Tradução: Jamilyne Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu, 2017. p. 63-128.

SANTOS, Chopelly Glaudivston Pereira dos. Saúde?! Completo bem-estar psicossocial de um indivíduo: tudo que uma pessoa trans não possui. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Transexualidade e Travestilidade na Saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. p. 17-24.

SANTOS, Luis Henrique Sachi dos; KARNOPP, Lodenir Becker. (org.). *Ética e pesquisa em educação: questões e proposições às Ciências Humanas e Sociais*. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemology of the closet*. Berkeley: University



of California Press, 1990.

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antonio. Conservadorismo, Gêneros e Sexualidades: temáticas que se entrelaçam nas pesquisas do GESDI e do GEPCEB. *In*: SEPULVEDA, Denize; AMARO, Ivan (org.). *Gêneros, sexualidades e educação na ordem do dia*. Curitiba: CRV, 2018. p. 45-64.

SILVA, Jeanne Araújo e. *Crianças Transgênero: uma análise da produção científica brasileira nos últimos cinco anos*. 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.

SPINELLI, Carolina Shimomura. *As metodologias de pesquisa com crianças na escola: o ouvir como tendência*. 2012. 333 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

TROMBINI, Miguel. Infâncias invisíveis: obstáculos enfrentados por crianças trans e suas famílias. *IG Queer*, [s. l.], 28 jul. 2021. Disponível em: <http://queer.ig.com.br/2021-07-28/infancias-invisiveis--obstaculos-enfrentados-por-criancas-trans-e-suas-familias.html>. Acesso em: 21 mar. 2022.

VAZ, Flávio Marcos de Oliveira. *Transgeneridade infantil para além do binarismo: políticas públicas de inclusão das crianças trans no Brasil*. Salvador: Devires, 2021.

ZAGO, Luis Felipe; GUIZZO, Bianca Salazar; SANTOS, Luís Henrique Sacchi. Problematizações éticas: inquietudes para a pesquisa em educação com gênero e sexualidade. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 189-212, 2016.

ZANETTE, Jaime Eduardo. *Dos enigmas da infância: transexualidade e tensionamentos dos scripts de gênero*. 2016. 62 f. Trabalho de Conclusão de Especialização (Especialização em Docência na Educação Infantil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

